

A FRENTE PATRIÓTICA UNIDA: COMBATE POLÍTICO DE ATRITO OU FALHA ESTRATÉGICA ATÉ 2027?

Paula Roque

African Studies Centre
University of Oxford
13 Bevington Rd, Oxford OX2 6LH
United Kingdom
pcroque22@gmail.com
ORCID: 0009-0008-6493-6840
CRedit: análise formal, investigação

A Frente Patriótica Unida: Combate político de atrito ou falha estratégica até 2027?

Os próximos cinco anos serão muito difíceis para a oposição em Angola. A Frente Patriótica Unida terá de preparar uma estratégia para sobreviver até 2027, organizando-se melhor para tentar garantir a verdade eleitoral no próximo pleito eleitoral de 2027. Entre outras possibilidades, colocam-se à oposição duas vias de ação estratégica. Uma primeira via poderá ser a de continuar no sentido que vem seguindo, da crítica apaziguada com debates no Parlamento e alguns comícios e pronunciamentos públicos sobre injustiças e violações da lei. Uma segunda via poderá ser a de encetar uma luta política de atrito, que desgaste o regime e o exponha cada vez mais. Defende-se neste texto que só a segunda via poderá garantir alguma hipótese de sucesso para a oposição, a primeira conduzirá ao fracasso.

Palavras-chave: Angola, eleições, fraude, oposição, regime securitário, estratégias de oposição

The United Patriotic Front: Political attrition or strategic failure by 2027?

The next five years will be difficult ones for the Angolan opposition. The coalition, the United Patriotic Front, led by UNITA, will have to devise a strategy to survive until the next elections in 2027. Among the different options available to them two strategies stand out. They can continue the route of appeased criticism within parliamentary debates, some political rallies, and public statements about the injustices faced and the illegalities committed by the ruling party. Alternatively, they can begin a political battle of attrition that will expose, exhaust and wear down the regime that has become increasingly authoritarian and corrupt. This article will explore the second option as the only one to guarantee a level of success for the opposition.

Keywords: Angola, elections, fraud, opposition, securitarian regime, opposition strategies

Recebido: 3 de abril de 2023

Aceite: 19 de maio de 2023

As eleições de agosto de 2022 marcaram um momento de viragem política em Angola. A FPU - coligação Frente Patriótica Unida galvanizou a juventude e a maioria dos eleitores para acreditarem na alternância política. O MPLA, a Presidência e os órgãos eleitorais partidários implementaram uma fraude extensa e complexa para garantirem que a oposição não chegaria ao poder. Desde então, houve um aprofundamento do autoritarismo em Angola, neutralizando vários ganhos democráticos e dismantelando as forças de contrapoder da imprensa e da sociedade civil não organizada. Os próximos cinco anos serão muito difíceis e a FPU terá de preparar uma estratégia para sobreviver até 2027 e para se preparar melhor para garantir a verdade eleitoral.

À oposição colocam-se duas vias de ação estratégica possível. Uma primeira via poderá ser a de continuar pela via da crítica apaziguada, com debates no Parlamento e alguns comícios e pronunciamentos públicos sobre injustiças e violações da lei. Uma segunda via poderá ser a de encetar uma luta política de atrito, que desgaste o regime e que o exponha cada vez mais. A UNITA saberá melhor que ninguém o que é uma guerra de atrito, especialmente em contextos de assimetria de forças, com recurso a vários instrumentos e a alianças diversas.

A guerra acabou permanentemente em Angola, mas o combate político está apenas a começar. As eleições de agosto de 2022 mostraram-nos que a população votou pela mudança e que existem fortes indícios de que a oposição poderá ter efetivamente ganho as eleições. No entanto, esta mesma oposição não conseguiu definir uma postura estratégica para que a verdade eleitoral falasse mais alto do que o medo.

Este texto começará por apresentar os problemas relacionados com a falta de alternância política democrática em África, sublinhando a questão da securitização dos partidos no poder (capítulo I), apresentando depois o caso de Angola como regime securitizado (capítulo II), a forma como ocorrem os processos eleitorais num regime securitizado como Angola (capítulo III), terminando com uma análise da estratégia eleitoral da FPU nas eleições de 2022 e as opções estratégicas que se lhe colocam rumo às eleições de 2027.

A securitização como problema de base à alternância democrática em África e em Angola

A securitização enquanto conceito tem gerado interpretações concorrentes, tornando-a uma categorização imprecisa e influenciada pela natureza subjetiva da “segurança”. Como conceito intersubjetivo, não tem um significado objetivo específico, mas é “o que as pessoas fazem dele” (Williams, 2003). A teoria da securitização expandiu-se enormemente sobre: os atores que securitizam, as

ameaças definidas, o objeto de referência para quem sente que há uma ameaça, o porquê e sob quais condições a segurança é evocada. A insegurança, as ameaças e as vulnerabilidades são assim construídas socialmente, e não são condições objetivas (Buzan *et al.*, 1998, pp. 50-51).

A Escola de Copenhaga alargou o conceito de segurança de sectores puramente militares e políticos para áreas mais amplas, fora dos estudos tradicionais de segurança. A securitização poderia, portanto, ocorrer nas áreas não relacionadas com a segurança, tais como da economia, da sociedade e do ambiente, mobilizando outros problemas como a pobreza, o desemprego e a imigração.

O invocar do argumento de “segurança” foi inicialmente definido como um ato ilocutório, através do qual a expressão da palavra moveria os representantes do Estado em direções específicas (Waever, 1995, p. 55). Desta forma, a segurança tornou-se parte de um processo transitório que envolveria a passagem de uma ordem social para outra. A política quotidiana, assim, passaria para o domínio da emergência (Holbraad & Pedersen, 2012, p. 2). Deste modo, o ato de securitização envolve vários componentes: o ator que definiu a questão, a ameaça identificada como existencial, o objeto que necessita de proteção, o público que aceitou a questão como uma ameaça à segurança, e a estratégia de meios extraordinários promulgada para responder à ameaça. A promulgação de medidas de emergência também ocorre na ausência de debate público (Williams, 2003). Uma limitação grave desta teoria é que não explora adequadamente as razões pelas quais os intervenientes optam por securitizar certas questões (McDonald, 2008). A escolha de securitizar tem sido sempre política e inserida em contextos sociais, políticos e históricos específicos, que ajudam a determinar por que razão algumas questões são consideradas necessárias para a securitização, enquanto outras permaneceram não ameaçadoras.

Inicialmente, a teoria foi aplicada aos contextos políticos dos Estados ocidentais. Ao questionar o “preconceito democrático”, vários académicos expandiram o processo de securitização para contextos totalitários ou não democráticos, onde se tornou quase impossível identificar a mudança da política “normal” para a política “especial” (Vuori, 2008, p. 69).

Na China, tal como em Angola, a securitização é utilizada para reproduzir e proteger a ordem política e para controlar a sociedade; é sustentada por uma dinâmica simbiótica de partido-Estado, com uma ideologia definida, sustentada por fortes mecanismos de propaganda. O ato ilocucionário de fazer pronunciamentos sobre a segurança e as ameaças nacionais é apenas um aspeto de como ocorre a securitização. Contudo, ao contrário da China, a titularização em Angola não foi inserida na mentalidade nacionalista nem projetada como uma forma de

ordem para proteger “a revolução” ou sequer como um mecanismo de estabilidade para manter os cidadãos envolvidos (Vuori, 2008). A mentalidade nacionalista foi abandonada em tempos de paz e as formas de coesão social que podiam apoiar um projeto político estavam ligadas por imperativos de clientelismo e de sobrevivência económica, em vez de convicção ou identidade política. Assim sendo, a forma de securitização de Angola difere. É, neste caso, uma modalidade e uma patologia de governação, e não um fator estabilizador e unificador.

A securitização foi o tipo de política promulgada e a forma de poder definida pela Presidência, que colocou o ato de governar acima do alcance e desconectado dos cidadãos. Desta forma, o Presidente e as suas instituições paralelas agiram com um certo grau de autonomia sobre os seus súbditos, como se “pertencessem a domínios ontológicos separados (onde) as próprias pessoas e as estruturas políticas e o processo social a que as suas vidas estão sujeitas existem em relativa autonomia uns dos outros” (Holbraad & Pedersen, 2012, p. 6). Isto alterou a relação entre o governo e os governados. Governar tornou-se mais um ato de proteger as elites e a Presidência do povo.

O caso angolano reúne vários elementos da literatura existente, mas também destaca as diferentes características de um Estado securitizado. Como processo, continuou a assentar em três pilares: agentes, discursos e atos. Os agentes eram os atores que impulsionavam a agenda de segurança – neste caso, o vasto universo da Presidência e da Casa de Segurança da Presidência, em particular, que geria os militares, a polícia, o exército presidencial paralelo e os serviços de inteligência. Os atores foram, também, o público e os sujeitos silenciados (Gaudino, 2020), que foram alimentados com o discurso das ameaças existenciais ou se tornaram eles próprios as ameaças.

Os discursos foram influenciados pelo contexto histórico e pela identidade política dos atores, enquanto os próprios atos traduziram a necessidade de segurança em políticas, instituições, práticas e declarações. O processo de securitização em Angola foi simultaneamente um ato de discurso, uma estratégia política, uma infraestrutura e um esforço de construção do Estado pós-conflito. A presidência e as elites securitizaram para sobreviver, para dissuadir comportamentos e atos futuros, para controlo (Vuori, 2008, 2011) e para coesão. Em Angola, a segurança foi evocada em todos os momentos, um apelo à mobilização do propósito coletivo, como um aviso do controlo político, uma medalha de honra e como um impedimento a perturbações. As expressões de protesto político e de contestação pacífica foram enquadradas como ameaças à segurança nacional, colocando em risco a estabilidade da paz duramente conquistada. De forma consistente, o MPLA e a Presidência colocaram-se como fiadores e guardiões da paz. A sua remoção

resultaria no risco de recomeço da guerra civil. A evocação de dois massacres – 1977 e 1992 –, durante estes tempos, foram ameaças explícitas à sociedade.

Em termos genéricos, podemos afirmar que em África as dificuldades da oposição em chegar ao poder são, por um lado, devido aos constrangimentos e obstáculos criados pelos partidos no poder e, por outro lado, resultantes de incapacidades próprias. No que se refere aos constrangimentos criados pelos partidos no poder, são de vária ordem, mas têm na base um forte fundamento securitário dos regimes que os suportam.

Para referir apenas alguns dos casos mais evidentes, temos Estados como o de Angola, Zimbabwe, RDC - República Democrática do Congo, Etiópia, Chade, Uganda e o Ruanda, sendo este último o mais paradigmático pelo nível de organização e sofisticação. No Ruanda, temos um sistema bem articulado e de ação alargada do aparelho de segurança e inteligência com recurso a vários instrumentos, como o uso de tecnologia de ponta para *surveillance* (vigilância), o uso do poder legislativo para a criação de um enquadramento legal que permita um processo de social *engineering* (controlo social), para limitar e impedir divergências políticas ou dissidências. A perseguição, prisão e assassinato de dissidentes revela um Estado em plena prontidão para atacar quaisquer ameaças, incluindo as identitárias e sociais (Schenkkan & Linzer, 2021).

Nos casos da Etiópia, Chade e Uganda, os regimes recorrem às ajudas ocidentais na área da defesa (financiamento, equipamento e capacitação), como parte de acordos de defesa pan-africanos para fins autoritários internos, para combater a oposição, garantir a lealdade política, abafar a imprensa e intimidar dissidentes políticos (Fisher & Anderson, 2015). De modo geral, o Estado securitizado reage com violência, infiltração, subversão e intimidação a ameaças reais, fictícias ou imaginárias, que poderiam, em alternativa, ter respostas de consenso político e social. É um Estado que imagina e orchestra situações de insegurança para poder legitimar respostas violentas. Questões sociais e políticas não presumem automaticamente uma resposta securitária; a diferença de pensamento e opinião política, de identidade e ideologia não são ameaças ao Estado nem ao regime.

Quando um Estado securitizado organiza eleições, mobiliza lealdades e neutraliza a oposição por via da instrumentalização do medo. Criar medo é uma construção política, é um resultado de esforços estratégicos para retratar eleições como ameaças à paz, à segurança e à estabilidade da nação. Ao utilizar a lógica da segurança, o governo tenta intimidar e limitar a oposição e justificar táticas que visam camuflar a manipulação do processo com uma aparência de estar legitimamente a proteger a paz e a estabilidade. Esta narrativa de paz eleva a necessidade de estabilidade e ordem acima da justiça e de eleições livres e transparentes.

Neste contexto da lógica securitária, surge a dicotomia de nós contra eles – ou seja, da construção ativa da percepção da oposição como uma fonte de instabilidade e o governo como fonte de paz. Na minha perspectiva, o nível de securitização dos Estados acima referidos, onde a alternância se torna difícil, é o que mais os distingue de casos onde tal alternância ocorreu, como o Malawi e a Zâmbia em 2021, que elegeram líderes da oposição para as respectivas presidências, como Lazarus Chakwera no Malawi e Hakainde Hichilema na Zâmbia, ou o Quênia, cujas eleições de agosto de 2022 foram ganhas por William Ruto (embora Ruto tenha sido Vice-Presidente desde 2013, adotou indiretamente o papel da oposição depois de o Presidente Uhuru Kenyatta ter apoiado Raila Odinga como seu “sucessor”).

Para além do menor grau de securitização, nos casos em que a alternância ocorreu, verificaram-se três elementos diferenciadores importantes, que também devem aqui ser referidos. Primeiro, os líderes da oposição foram capazes de formar coligações efetivas. Segundo, os eleitorados desses países haviam amadurecido com a experiência de eleições multipartidárias. Terceiro, as crises económicas nesses países haviam acentuado os níveis de pobreza, expondo de sobremaneira os efeitos nocivos da corrupção política e apoiando a mudança representada pela oposição (Cheeseman & Desrosiers, 2022). Por fim, devemos também referir que apesar de os obstáculos levantados à oposição pelos partidos no poder serem os principais obstáculos, existem igualmente insuficiências e incapacidades derivadas do próprio funcionamento dos partidos da oposição.

Muitos partidos de oposição tornam-se ativos apenas e só durante as eleições. Vários destes partidos giram à volta de personalidades e de um único líder, são caracterizados por falta de democracia interna, sofrem de conflitos intrapartidários, têm dificuldades financeiras, e nem sempre conseguem expandir a sua base de apoio. Um estudo do *Afrobarometer* em 2014/15, centrado em cinco países da África Austral, revelou que havia uma falta de confiança dos eleitores na oposição por causa de divisões internas. A população inquirida via a oposição mais com o papel de monitorar o governo e criticar do que constituindo uma genuína alternativa de governação. Este défice de legitimidade política e de alternância deve-se à incapacidade dos partidos da oposição de elaborarem e apresentarem políticas alternativas, de demonstrarem que têm quadros experientes capazes de governar e de conseguirem representar toda a população. Encontramos um exemplo muito claro desta insuficiência no Botswana, que tem sido governado desde a independência, em 1966, pelo mesmo partido, o Botswana Democratic Party, que tem como lema eleitoral “Ainda não há alternativa” (Lekalake, 2017).

É com base na contextualização genérica feita neste capítulo que iremos em seguida abordar o caso concreto de Angola, do ponto de vista do regime securitário existente, da sua atuação durante as eleições, dos pontos fortes e fracos da oposição e das suas possibilidades de êxito num contexto de reforço do aparelho securitário rumo às eleições de 2027.

O regime securitário em Angola

Angola é um caso de Estado securitário desde a independência. Desde a independência aos nossos dias, pouco mudou na forma como o poder foi estruturado. O país foi sempre caracterizado como tendo uma presidência muito forte, com a força suprema do aparelho de segurança, com o suposto direito histórico do MPLA para governar, na captura total da economia e dos recursos, e na aceitação e conivência de aliados estratégicos internacionais.

Em Angola, o aparelho de segurança garante que outras patologias de governação, como o neopatrimonialismo, a democracia processual e o autoritarismo possam florescer. A securitização em Angola faz parte do quotidiano. A forma de governar tem normalizado o Estado de alerta para a instabilidade nacional. O regime tem mantido a postura de *zero-sum*, que implica que para um ganhar todos os outros têm de perder. É uma mentalidade de guerra, não de paz e certamente não de democracia, porque divide a sociedade entre uns e os outros. Mas, a construção da ordem política e do Estado pós-guerra ocorreu em simultâneo com a massificação do partido (muitas vezes a presença do partido era mais visível e eficaz do que a presença do Estado e da administração pública) e o controlo das oportunidades e as rendas para fins de lealdade e de clientelismo. Em Angola, a securitização consiste numa infraestrutura de poder que protege o projeto político hegemónico da Presidência e das elites (Roque, 2021). É, simultaneamente, uma estratégia, um aparato, e uma política de governo, onde o aparelho de segurança e de Estado protegem a ordem política e não a ordem pública; vela pelos interesses partidários e não pelos interesses nacionais.

Um sistema securitário tem de ter uma infraestrutura para implementar as respostas securitárias. Durante quatro décadas vimos o poder da Presidência crescer e eclipsar o poder do MPLA. Houve um processo de centralismo e de acumulação de poder e de funções estratégicas na Presidência e em particular na Casa de Segurança da Presidência, que controlava todos os portfólios mais importantes de governação do país (desde o petróleo ao aparelho de segurança, à política externa, à reconstrução nacional, às eleições, ao controlo da província de Cabinda e até à resposta ao Covid-19). Todas as pastas estratégicas, muitas das

quais não eram do foro da segurança (tratavam de questões sociais e económicas, que deviam ser administradas pelas instituições do Estado), eram controladas pela Casa de Segurança. Ao longo dos anos (e já em tempos da guerra na década de 1990), a Casa de Segurança tem protegido o Presidente de várias ameaças militares, políticas e económicas.

O sistema foi erguido de forma que as chefias das FAA - Forças Armadas Angolanas, da polícia, dos serviços de informação (SIE - Serviço de Inteligência Externa, SINSE - Serviço de Inteligência e Segurança do Estado e SIM - Serviço de Inteligência Militar), os membros do executivo, do Parlamento e as elites do partido, respondiam de uma forma ou outra à Casa de Segurança, para garantir a lealdade e para estarem em dívida para com o Presidente. A influência russa e cubana deteta-se na estrutura e na forma de controlo e comando das diferentes unidades de segurança, para assegurar que estas unidades se mantenham fiéis, disciplinadas e, desse modo, patrióticas.

De forma a garantir a predominância da segurança em relação a questões políticas e militares, o anterior Presidente, José Eduardo dos Santos, criou um exército paralelo – uma guarda pretoriana. As unidades de guarda e segurança presidenciais são tropas de elite, a operarem um serviço de informação, com logística própria e mais bem armados do que as próprias FAA. Esta guarda transformou-se na força mais capaz de travar ameaças existenciais à Presidência. Os três ramos dos serviços de informação acima referidos – inteligência externa, doméstica e militar – também têm desempenhado um papel central na gestão e mediação de interesses diversos e na competição política pelo poder. São mandatados a servir o Presidente com o lema de “Deus no céu e o Estado na terra”, criando uma percepção de onnipresença. O tamanho das forças de segurança em Angola, em tempos de paz, poderá igualar o das do tempo de guerra. Na realidade, os números exatos ninguém sabe, embora existam estimativas que apontam para 120.000 efetivos nas FAA, 150.000 na polícia, 15.000 nas guardas presidenciais, e apesar de ser muito difícil de verificar, os serviços de informação poderão ter perto dos 100.000 efetivos. A acrescentar a todos estes, teremos ainda as forças em reserva, da defesa civil, etc.

Em suma, temos uma estrutura de segurança vasta e inflacionada, cuja dimensão não se justifica depois de mais de vinte anos de paz. Consequentemente, o orçamento dedicado à defesa é também dos maiores em África, constituindo recursos que poderiam ser canalizados para outras áreas de maior necessidade. Relatórios do SIPRI - Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo, estimaram o orçamento de defesa de 2014 em 6,5 bilhões de US\$, o segundo no continente, atrás da Argélia, e com um aumento projetado para 13 bilhões de US\$

até 2019. Entre 2002 e 2013, as abundantes receitas do petróleo permitiram que o aparelho de segurança consumisse uma enorme parcela da riqueza nacional. Nestes anos, Angola gastou 40 bilhões de US\$ em defesa.

Os gastos continuaram, apesar da crise do petróleo de 2014, aumentando a pressão sobre as contas públicas e prejudicando ainda mais as opções de investimento na diversificação económica. A crise do petróleo de 2014 forçou o governo a cortar pela metade o orçamento nacional de 2015, resultando em um aumento acentuado da dívida externa. No entanto, em 2017, Angola ainda conseguiu gastar 3,06 bilhões de US\$ em defesa, contra 2,7 bilhões de US\$ em 2016. Em 2018, os gastos com a defesa diminuíram para 1,98 bilhões de US\$, embora outras agências de segurança nacional e os fundos discricionários da Presidência ainda mantivessem níveis desnecessariamente altos de gastos com segurança.

Em 2020, as prioridades orçamentais falharam em priorizar adequadamente o sector social. No orçamento revisto, a defesa beneficiou de um aumento de 73 milhões de US\$ em comparação com a saúde, que aumentou apenas 31 milhões de US\$. O governo reservou 4 bilhões de kwanzas (mais de 6 milhões de US\$) para a aquisição de equipamento médico, tendo alocado 17 bilhões de kwanzas (mais de 26 milhões de US\$) ao orçamento dos serviços de informações - SINSE. Foi retirada do orçamento uma clínica odontológica e uma biblioteca presidencial no valor de 7 milhões de US\$, depois de a oposição criticar o valor afetado para esses projetos supérfluos, que eram o dobro dos fundos afetados à reconstrução de 17 hospitais (DW, 2020).

Ao entrar para a Presidência, em 2017, João Lourenço adotou uma estratégia híbrida. O Presidente escolheu reformar o suficiente para sobreviver a várias crises, mas não reformar o suficiente ao ponto de uma tal reforma representar uma ameaça à hegemonia do MPLA. Inicialmente, João Lourenço tentou reformar a economia com a intervenção do Fundo Monetário Internacional, com a política de luta contra a corrupção, com os processos de privatização de empresas do Estado, e algumas tentativas de diversificação da economia. Não obstante, não conseguiu tirar o país de uma recessão “permanente”.

Embora o preço do petróleo esteja hoje em alta, esse preço esteve muito baixo durante 2020 e durante a maioria do ano de 2021, além de que Angola reduziu o seu volume de produção nessa altura. Esperava-se que Angola produzisse menos de 400.000 barris em quatro anos se não fossem encontradas novas jazidas de petróleo. Os economistas estavam cada vez mais conscientes de que o pico de 1,8 milhão de barris por dia de 2015 não voltaria a ser alcançado. Em 2021, o país produziu apenas 1,2 milhão de barris por dia. A dependência do petróleo, causada pela falta de diversificação e competitividade, é um facto. O país precisa

desesperadamente de repensar o seu modelo económico e acelerar a sua economia não petrolífera para o crescimento futuro, focando-se especialmente nas áreas de renováveis e na agricultura. Em meados de 2020, quando o milagre económico prometido nas eleições de 2017 não se materializou, a desilusão começou a instalar-se no seio da população.

Inicialmente, houve muito apoio no combate à corrupção, porém este combate começou a ser visto como motivado por questões políticas e não como parte de um processo efetivo de reforma estrutural. As divisões dentro do MPLA ficaram mais acentuadas. João Lourenço não reformou o Estado securitizado criado por Dos Santos, antes continuou a usar a infraestrutura instalada e a forma de controlo centralizado do seu antecessor. Usou a securitização como estratégia *default* para garantir a sua sobrevivência política. Ao usar a securitização, o Presidente garantiu que o seu poder não estava dependente dos meandros políticos do MPLA e que teria a segurança da Presidência salvaguardada.

Ao instalar o general “Disciplina” como Chefe de Estado-Maior das FAA politizou as forças armadas, que provavelmente eram o único órgão nacional ainda representativo do espírito dos Acordos de Bicesse de 1991. Usou também a estratégia de colocar ex-comissários políticos das FAPLA - Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (do tempo do partido único, anterior a 1991) em posições importantes do executivo e dos tribunais. É de lembrar que comissários políticos defendem interesses ideológicos e garantem a lealdade ao partido e não à nação. De igual modo, reforçou a já acentuada partidarização dos serviços de informação, em particular ao nível do SINSE. O posicionamento de vários generais da ala mais dura da segurança – o General “Disciplina”, o Ministro Laborinho, o General Miala e o General Furtado – revela uma fragilidade da Presidência, mas também um radicalismo securitário muito problemático.

Por fim, um tal Estado securitário tende a resolver todas as questões da forma para a qual foi criado, com repressão e autoritarismo, mesmo quando poderia antes procurar soluções negociadas e pacíficas. Assistimos em Angola a vários exemplos de respostas securitárias que, em alternativa, poderiam ter tido intervenções pacíficas e negociadas, respostas cívicas. A título meramente de exemplos mais recentes, tivemos, nos últimos anos, três casos que marcaram muito o imaginário da sociedade angolana, como o foram as mortes de Cassule e Kamulingue, o caso fabricado de golpe de Estado dos 15+2, e o massacre do Monte Sumi, de uma violência extrema. É no contexto caracterizado acima que decorreram as eleições de 2022, que abordaremos em seguida, contextualizando-as no percurso das anteriores eleições realizadas em Angola.

Eleições e securitização em Angola

Enquanto Estado securitizado, o regime instrumentaliza o medo durante eleições, militariza respostas a qualquer contestação eleitoral e equipara a atividade da oposição à instabilidade e ao caos. O controlo sobre o processo eleitoral sempre se revestiu de uma importância estratégica, facto pelo qual coube à Casa de Segurança da Presidência a responsabilidade de contratar, direccionar e coordenar as empresas, instituições e orçamentos envolvidos antes, durante, e depois das eleições.

A intervenção da Casa Militar começou em 2008, aquando das eleições mais importantes do pós-guerra em Angola, eleições nas quais o presidente e o MPLA tinham a necessidade de alcançar uma maioria qualificada no Parlamento, que permitisse alterar a Constituição da República de molde a assegurar a continuação da direcção e gestão da reconstrução nacional, dos proventos e, consequentemente, do poder. Nessas eleições, a Casa de Segurança esteve envolvida na contratação das empresas que imprimiram os boletins de voto e as atas eleitorais, na contratação dos técnicos de sistemas para trabalharem nos centros de contagem e, de forma geral, foi o braço do Presidente da República/Presidente do MPLA em todos os aspetos do processo eleitoral, para garantir o resultado necessário.

Nas províncias, o voto da população estava condicionado pelos sobas (autoridades tradicionais), pelos serviços de segurança, e pela ideia de que um voto para a oposição seria um retorno à guerra. Em Luanda, criou-se a confusão técnica e logística, obrigando a um segundo dia de votação em 48 assembleias. Semelhantes processos ocorreram em 2012, com a infiltração de agentes e operativos dos SINFO nos centros de contagem de votos. Estruturas paralelas foram criadas para comandarem um processo de contagem paralela à CNE. A empresa espanhola INDRA terá impresso 26 milhões de boletins de voto, quando apenas 10 milhões foram utilizados (IOL, 2012). Outras estratégias de irregularidade eleitoral consistiram na manutenção de um registo eleitoral opaco e não verificado e várias outras dificuldades processuais, que resultaram na chamada abstenção “forçada” (conforme adjetivada pela UNITA), com menos de 30% de eleitores a conseguirem votar em Luanda (Roque, 2021).

Em 2017, as eleições foram mais tensas, com uma pressão enorme para a contestação dos resultados, depois de identificadas irregularidades por parte da oposição e da sociedade civil. Vimos nessas eleições a forma de securitizar um processo democrático quando, por exemplo, em Luanda, foram lançados folhetos a partir de avionetas que sobrevoavam vários bairros, a pedirem à população para ficar em casa para evitarem os mesmos problemas de 1992. A referência a

um massacre pós-eleitoral, que marcou profundamente uma geração, foi um ato securitário em si.

Em 2022, vimos um governo com medo da mudança. Um fenómeno que muito tem condicionado a política em Angola, tanto do lado do regime como do lado da oposição, é o medo. Há um ditado russo que é aqui aplicável, “O medo tem olhos grandes”, ou seja, quando se tem medo veem-se fatores de medo em todo o lado, mesmo quando estes não existem, e existe a tendência para se ter mais medo. A psicologia do medo alude a um processo chamado condicionamento pavloviano, que se refere a uma aprendizagem do medo, um processo em que as pessoas aprendem a ter medo de novos fatores, podendo identificar sinais desses fatores que induzem o medo. A resposta emocional que advém disto leva a que as pessoas alterem a forma como reagem, no seu dia a dia, ao seu ambiente, de forma a evitarem a fonte do que lhes causa medo. Isto é um comportamento adaptativo, que as ajuda a limitar os danos que a ameaça lhes poderá trazer no futuro.

Desde 2021, começou a ver-se a preparação securitária e a mobilização do medo pela retórica dos líderes, para conter a oposição, visando a instauração de um clima de intimidação, insegurança e terror no seio das populações. Serviu indiretamente como aviso à população sobre as consequências de uma derrota do MPLA. Em outubro de 2021, o general Furtado acusou a oposição de usar a preocupação de fraude eleitoral para criar um clima de insegurança, instabilidade e terror na população. Do mesmo modo, durante os protestos dos taxistas em Luanda, com atos de vandalismo, o Presidente da República descreveu estes episódios como atos de terror e um plano de tornar o país ingovernável. A Vice-Presidente do MPLA, Luísa Damião, foi citada no *Jornal de Angola* a dizer que a “narrativa da fraude torna-se perigosa [...] porque alimenta o sentimento de violência” (*Jornal de Angola*, 2022).

Estas foram as eleições mais securitárias da história do país. O próprio lema eleitoral do MPLA em 2022, “Vote na continuidade por um futuro previsível e seguro”, confirmava isto.

O aparato de segurança que foi colocado em algumas capitais provinciais não teve precedentes. Em alguns casos, uns dias antes das eleições, houve treinos da polícia para controlo de multidões, ações que são claramente intimidatórias. Mais alarmante ainda foi a militarização de Luanda, que começou com o destacamento da PIR - Polícia de Intervenção Rápida, a partir do dia 27 de agosto, quando a população começou a reagir à saída dos resultados provisórios. A partir de 5 de setembro a estratégia ficou mais clara. Saiu uma diretiva a colocar as FAA em prontidão combativa elevada até ao dia 20 de setembro. Este período iria

cobrir o período de uma eventual contestação aos resultados, à decisão final do Tribunal Constitucional acerca da legitimidade do ato eleitoral e dos resultados, e à tomada de posse do novo governo.

Nas principais artérias da cidade de Luanda e espalhados por vários bairros periféricos, foram estacionados tanques T-55, carros Kamaze com peças de artilharia BM-21, BM-27, BM-41. Tratou-se, obviamente, de uma tática de intimidação para relembrar a população dos tempos de guerra, utilizando-se o argumento de se estarem a transportar estes tanques, blindados e outro material bélico para a tomada de posse de João Lourenço, local onde ocorreria um desfile militar. O regime estava a sinalizar que quem saísse à rua iria ser confrontado com todo o poderio securitário. A UNITA foi muito explicitamente avisada das consequências de uma manifestação. Listas de eliminação começaram a circular de líderes da FPU e ativistas, autocolantes intimidatórios apareciam nos portões e carros de pessoas ligadas à oposição (Visão, 2022).

A pressão sobre Adalberto da Costa Júnior (ACJ), para liderar uma manifestação de contestação aos resultados, foi imensa. A juventude e alguns dos líderes da FPU queriam que a UNITA saísse a liderar uma manifestação popular para “defender o voto”, conforme anteriormente haviam prometido que fariam até às últimas consequências, com ações coordenadas nos tribunais e nas ruas. No entanto, segundo informações de fontes pessoais da autora no seio da UNITA, ex-generais da UNITA aconselharam ACJ a não sair à rua porque ele e os outros líderes da FPU poderiam ser mortos. As memórias de 1992 contribuíram para o condicionamento pavloviano – todos os líderes da FPU viveram o massacre de 1992 e sabiam que a aderência a uma manifestação seria massiva, podendo acontecer um descontrolo total. Temiam que elementos de milícias do MPLA e do SINSE instigassem o caos, para dar a desculpa à polícia, à guarda presidencial e às FAA, de imporem a ordem. Os riscos eram vários e as considerações tiveram vários componentes – inclusive o facto de a maioria da polícia e dos militares em Luanda votarem contra o MPLA. Podia ter-se instalado um caos total. Mais tarde, alguns dirigentes da UNITA vieram dizer que o caos que aconteceu no funeral do músico Nagrelha seria um exemplo de como rapidamente uma situação pacífica poderia tornar-se violenta (Sábado, 2022).

Por fim, uma palavra para as questões mais habitualmente referidas – “técnicas” –, para além das securitárias, que têm sido sistematicamente utilizadas em Angola. Em todos os ciclos eleitorais, o MPLA tem aperfeiçoado as suas estratégias de manipulação de eleições, um manual de irregularidades que tem anulado o direito de escolha democrática dos cidadãos e que se voltaram a repetir e a sofisticar em 2022, como:

- A composição da CNE - Comissão Nacional Eleitoral, está totalmente partidizada a favor do MPLA e não age como um árbitro independente;
- O registo de eleitores impossibilita o registo de muitos que se julgam não afetos ao MPLA e a adição de outros que não existem (em 2022 há mais 5 milhões de eleitores do que em 2017, existindo pronunciamentos que admitem 2,5 milhões de mortos e um número indeterminado de crianças nos cadernos eleitorais; DW, 2022);
- A contratação de empresas suspeitas para assistir ao processo eleitoral na logística e na impressão de boletins de voto, já com um longo histórico de acusações em eleições anteriores, com suspeitas de fraude, nomeadamente a empresa INDRA, acusada pelos partidos da oposição, em 2012, 2017 e 2022, de facilitar a fraude;
- A utilização do aparelho da administração do Estado, dos recursos públicos e da imprensa pública a favor do MPLA, factos que criam uma desigualdade ainda maior entre o MPLA e a oposição;
- A confusão instrumentalizada acerca dos locais onde cada cidadão deve efetivamente exercer o seu direito de voto. Sem os cadernos eleitorais a oposição não conseguiu dizer aos seus apoiantes aonde votar, podendo ser num local diferente daquele onde se registaram;
- O transporte das urnas por empresas ligadas à Presidência da República ou ao aparelho de segurança;
- A contagem que, em 2022, ocorreu somente a nível nacional e não municipal ou provincial, facto que eliminou vários níveis de transparência na contagem.

Se a estes factos adicionarmos os cerca de dois milhões de eleitores “fantasmas” que constavam dos cadernos eleitorais (DW, 2022), as dificuldades criadas a eleitores registados para votar, os milhões de boletins extra para serem usados pelos eleitores “fantasmas”, a falta de observação eleitoral mínima exigível, e a contagem centralizada e com mais opacidade, temos todos os ingredientes que permitem uma fraude eleitoral.

Forças e debilidades na estratégia da FPU nas eleições de 2022 e opções estratégicas rumo às eleições de 2027

Face ao contexto acima descrito, este último capítulo é dedicado a analisar as forças e as debilidades da estratégia eleitoral da FPU no processo eleitoral de 2022, por forma a sustentar as possibilidades de alternativas estratégicas que se colocam à oposição, tendo em vista potenciar a sua força enquanto alternativa de governação para as próximas eleições de 2027.

Pontos fortes da estratégia da FPU

Quatro grandes fatores estarão na base da grande força mobilizadora da FPU no processo eleitoral de 2022. Primeiro, a UNITA elegeu um Presidente – Adalberto da Costa Júnior – que saiu do molde histórico da liderança da UNITA, eliminando preconceitos e renovando a imagem do partido. A eleição de ACJ também criou divisões difíceis dentro do maior partido da oposição e ressuscitou debates complicados de regionalismo, identidade e representatividade racial, mas lentamente essas divisões têm sido reconciliadas. O segundo fator consistiu na criação da plataforma FPU - Frente Patriótica Unida, que uniu forças com o partido Bloco Democrático de Filomeno Vieira Lopes e o projeto PRA-JÁ de Abel Chivukuvuku. Esta plataforma trouxe dois aliados estratégicos com implantação em áreas diferentes de Angola. Esta foi das decisões mais estratégicas da UNITA. O combate aguerrido do regime contra ACJ, incluindo a anulação da sua presidência em 2019 e o congelamento das contas da UNITA, resultou inadvertidamente em maior apoio popular para o novo líder da UNITA, que conseguiu angariar, da população, milhões de kwanzas para financiar um segundo congresso. O terceiro fator prende-se com as ligações aos ativistas e à sociedade civil. A abertura política criada por João Lourenço, entre 2017 e 2019, permitiu o fortalecimento da sociedade civil e da imprensa privada. A UNITA, e depois a FPU, identificaram corretamente a importância dos jovens e da sociedade civil e aliaram-se a eles pela alternância. O quarto fator foi o dinamismo da campanha eleitoral, que levou milhões de angolanos a participar nos comícios da FPU.

Pontos fracos da estratégia da FPU

Apesar dos pontos fortes acima referidos, as falhas da FPU acabaram, de alguma forma, por anular vários dos seus ganhos. Primeiro, não conseguiram apoiar todos os seus membros para se conseguirem registar como eleitores. Algumas centenas de milhares de membros da UNITA poderão ter ficado de fora do registo eleitoral devido a impedimentos burocráticos e logísticos. Segundo, sabendo que iria haver fraude eleitoral, a FPU negligenciou a organização eleitoral dos seus 52.000 delegados de lista e a capacidade deles para ficarem com cópias de todas as atas eleitorais. A entrega das atas-síntese, das mais de 13.200 assembleias de voto, demorou muito tempo e não foi devidamente acautelada a segurança das atas, para garantir que não houvessem infiltrações e falsificações com o intuito de descredibilizar a contagem paralela. Terceiro, a estratégia de comunicação foi desastrosa, antes, durante, e depois das eleições. Excetuando-se a campanha de “votou, sentou”, que mobilizou apoiantes nas cidades, a FPU desperdiçou momentos-chave para expor as manipulações do MPLA.

Existiu uma fraca e insuficiente interação com a imprensa internacional que, a ter existido, teria dificultado a aceitação internacional dos resultados. Deviam também ter conseguido produzir comunicados na imprensa sobre as várias irregularidades, incluindo as duas decisões do Presidente da CNE - Comissão Nacional Eleitoral, umas semanas antes da votação, de eliminar o número total de eleitores das atas-síntese e impedir o acesso de comissários da oposição ao centro de escrutínio nacional. As piores falhas ao nível da comunicação surgiram durante a contagem dos votos. A FPU devia ter começado a publicar os resultados da sua contagem paralela em tempo real, para contrariar a contagem oficial. Os vários silêncios da liderança nessa altura, criaram a impressão de que não havia resposta definida. O projeto MUDEI, da sociedade civil, foi muito mais eficaz nesta matéria, da mesma forma que a *Camunda News* e outras plataformas dos *media*, que conseguiram ser muito mais eficazes em comunicar ao eleitorado o que se estava a passar. O líder da UNITA e da FPU – ACJ – demorou muito tempo a rejeitar os resultados oficiais e, até hoje, a FPU não publicou as provas de fraude. Pronunciamentos contraditórios de membros seniores da UNITA criaram dúvidas sobre a rejeição dos resultados por parte da FPU. Existiam vários “aliados” que recusaram certificar as eleições como justas e transparentes, inclusive o Observatório Nacional e a Ordem dos Advogados.

Ligado a isto está um quarto fator de debilidade – a incapacidade da UNITA em organizar uma contagem paralela. Três centros de escrutínio paralelo foram montados para evitarem a infiltração de agentes da segurança do regime e o roubo das atas-síntese, mas não houve comunicação entre as partes e demorou-se muito tempo a anunciar alguns dos resultados. Não houve uma explicação da FPU sobre os efeitos das discrepâncias dos resultados oficiais e os resultados da contagem paralela em termos de números de membros eleitos nos círculos provinciais e nacionais. A quinta e última grande falha que aqui refiro foi a recusa em sair às ruas. A FPU poderia ter feito protestos pacíficos imediatamente após a publicação dos primeiros resultados fraudulentos da CNE. Nessa altura, ainda não havia o aparato militar que depois foi montado para travar a população caso esta saísse à rua. Ainda estavam dentro do país os jornalistas e observadores internacionais que poderiam servir de testemunhas a estratégias securitárias que envolvessem a violência e a intimidação. Os fantasmas dos massacres de Luanda em 1992 condicionaram muito a resposta da liderança da oposição. Antes de proceder às opções estratégicas da FPU é necessário contextualizar as dificuldades que a oposição, a sociedade civil, a imprensa e os ativistas enfrentaram e enfrentam em Angola num contexto de securitização.

Opções estratégicas da FPU até às próximas eleições de 2027

Face a tudo o que acima foi exposto, parece ficar claro que se colocam duas vias de ação estratégica para a FPU rumo às eleições de 2027. Uma primeira, será a de continuar com uma crítica política apaziguada com debates no Parlamento e alguns comícios e pronunciamentos públicos sobre injustiças e violações da lei. Uma segunda via, certamente mais eficaz para o objetivo de conquista do poder em 2027, será encetar uma luta política de atrito, mais agressiva, política e socialmente mais assertiva e contundente, que desgaste o regime e que o exponha cada vez mais.

Perante o aprofundamento do Estado securitário, que já está a diminuir o espaço de ação da sociedade civil, dos ativistas e da oposição, somente aquela segunda via poderá assegurar alguma chance de sucesso em 2027. Uma transição para a democracia em Angola terá de combinar várias ações de atrito simultâneas, em vários sectores, para debilitar o regime. O desafio para a oposição consistirá, antes de mais, em rejeitar a cooptação pelo regime, protegendo a sua autonomia, enfraquecendo a legitimidade do governo, aumentando o custo da preservação do *statu quo* e construindo uma alternativa democrática credível (Stepan, 1990). A decadência do MPLA e da Presidência está exposta com os níveis de aparente crescimento da rejeição popular, especialmente nas cidades, mas a FPU terá de capitalizar este sentimento e organizá-lo. Terá de haver concertação e mobilização entre os vários sectores da sociedade e as forças democráticas para obrigar o regime a mudar de rumo. A mobilização de organizações fora do espaço partidário é fundamental para a reforma e a mudança em Angola, constituindo parte de um contrapoder, ou, nas palavras de Elizabeth Wood, um *insurgent counter-elite* (Wood, 2000). A autora estudou as transições de regimes autoritários para democracias na África do Sul e em El Salvador e chegou à conclusão de que as forças de transformação vieram de uma contra-elite insurgente. Esta força popular foi composta pelas massas que nunca beneficiaram de regimes oligarcas que os excluía. Esta contra-elite popular incluía os sindicatos e várias outras formas de mobilização político-social, criando uma identidade coletiva de cidadania. Nestes dois países, ocorreu uma transição negociada.

Na África do Sul, os sindicatos laborais tornaram-se numa força poderosíssima com a capacidade de parar o país com greves. Ao contrário de Angola, os protestos e as manifestações na África do Sul não são equacionados com a guerra ou a violência, mas sim com o direito de ter uma voz. No Sudão, as associações de estudantes têm estado na base de revoluções contra as várias ditaduras militares. Na década de 1980, quando Omar Al-Bashir chegou ao poder, com um golpe militar, uma das suas primeiras medidas consistiu em desarticular as associações de

estudantes. Em 2018-19, foram estas mesmas organizações, já reconstituídas, que com protestos populares e acampamentos perto de quartéis militares obrigaram Al-Bashir a demitir-se. Criou-se no Sudão uma coligação entre partidos da oposição, organizações da sociedade civil e associações de profissionais, para formarem a “Força pela Liberdade e a Mudança”, que negociou com as forças armadas sudanesas a constituição de um governo de transição, liderado pelo académico Abdallah Hamdok. No Sudão existiram três fatores que converteram a revolução social numa transição democrática: um movimento de protesto organizado e unificado; um regime dividido entre alas militares e paramilitares; uma frente internacional a pressionar as forças armadas a negociar (Grewal, 2021).

Em Angola, várias associações de profissionais começaram espontaneamente a manifestar-se contra o regime. Professores, profissionais de saúde, estudantes, colaboradores da TAAG - Transportes Aéreos de Angola, etc. Porém a FPU não se movimentou para apoiar as reivindicações destes sectores e trazê-los para a agenda política nacional que permitisse um debate nacional. A preocupação da UNITA de evitar ser acusada de aproveitamento político acaba por constri-la a sua atuação e eficácia. As questões que a sociedade levanta são preocupações nacionais que precisam de respostas políticas reformadoras. A FPU tem um papel importantíssimo a este nível. A organização de sindicatos e o apoio às associações profissionais existentes em Angola servirá para invalidar o efeito dos comités de especialidade do MPLA.¹ Estes comités de especialidade tiveram um papel fundamental na segregação socioprofissional, doutrinando e partidariano quadros de vários sectores. Esta prática excluiu o acesso ao emprego a todos aqueles que não fossem militantes do MPLA e tem criado vários anticorpos. A FPU tem de ser estratégica e não apenas aliar-se aos sindicatos e associações de estudantes, mas ajudar a fortalecê-los e a mobilizá-los.

Depois das eleições e da “Marcha pela Liberdade”, que ocorreu a 24 de setembro de 2022, a FPU disse que iria manter a pressão nas ruas (RFI, 2022). No entanto, em cinco meses (de setembro de 2022 a janeiro de 2023) organizaram apenas esta única manifestação. Neste vácuo de protesto, outros atores tomaram o espaço público, nomeadamente os professores jovens, os enfermeiros, etc. Surgem vários líderes contestatários espontâneos neste espaço, como o professor que levou 300 alunos para exigirem uma carteira por aluno. Esta inação da FPU

¹ Os comités de especialidade do partido garantem que os profissionais de todos os sectores (médicos, engenheiros, professores, etc.) estejam ao serviço do MPLA e que o emprego em várias empresas seja garantido em qualquer sector para os membros do MPLA. Durante as eleições também foram criados e reforçados comités de especialidade do MPLA em diferentes sectores da sociedade para garantir que os profissionais, dentro e fora da burocracia estatal e do sector privado, fossem informados sobre a forma mais “patriótica” de votar.

no espaço público demonstra a necessidade de escutar a sociedade e de fazer intervenções onde essas intervenções fazem a diferença.

Angola está a enfrentar uma crise humanitária alargada, de fome e de pobreza multidimensional. A oposição tem de se mobilizar e mobilizar a população para exigir a melhoria das condições de vida. Num país onde a maioria das pessoas vive do mercado informal e da agricultura de subsistência, é gritante a necessidade de proteger e apoiar estes sectores. Os protestos constantes manteriam a visibilidade da oposição e a pressão sobre o governo. A FPU, enquanto principal força da oposição, teria de começar a ser vista como uma fonte de apoio para as várias reivindicações societárias que existem. As injustiças são muitas e mais que visíveis.

Recai naturalmente sobre a FPU a obrigação de mobilizar especialmente os jovens e os ativistas que se juntaram às listas da UNITA, tendo alguns deles sido eleitos para a Assembleia Nacional. Cabe a esta principal força da oposição a flexibilidade para se abrir a novas formas de protesto que são características destes jovens, como a música de protesto (hip-hop, rap, kuduru), as intervenções na rádio e nas redes sociais, mas também nas ruas. Será igualmente importante que o protesto seja uma forma de reivindicação política nas áreas rurais e não apenas nas cidades, com mobilizações populares para manifestações a partir do nível das aldeias e comunas.

A perseguição a jornalistas e ativistas está a aumentar diariamente em Angola. O Serviço de Investigação Criminal está a operar como a *Stasi*, uma polícia política que neutraliza dissidências, críticas e fontes de pensamento independente. A imprensa em Angola está sob ataque e a FPU tem reagido pouco a esta realidade, é necessário apresentar queixas às Nações Unidas, expor constantemente na imprensa nacional e internacional as violações e as detenções arbitrárias de opositores ao regime. A facilidade de transmissão de informação nas redes sociais cria pressão sobre o regime e expõe os níveis de autoritarismo.

É óbvia a necessidade de se proteger a imprensa independente e a sociedade civil como pilares democráticos, mas para os proteger a FPU tem de recorrer a advogados que possam defender os ativistas e jornalistas perseguidos. Foi a sociedade civil organizada e unida que fez a diferença ao pressionar o Presidente Edgar Lungu a reconhecer a derrota nas eleições na Zâmbia em 2021. O *Christian Churches Monitoring Group* teve representantes pelo país como observadores nacionais e fizeram uma contagem paralela; a Ordem dos Advogados na Zâmbia também teve um papel fundamental em pressionar a comissão eleitoral. Em boa medida, estas organizações fortaleceram o processo democrático pelo sentido de cidadania e de serviço à nação.

As falhas de comunicação da UNITA foram desastrosas durante as eleições e no período pós-eleitoral, enquanto aguardavam os resultados. Foi a *Camunda news*, o Movimento Cívico MUDEI, o Club-K, o jornal *O Kwanza* e outros, que se constituíram como as principais fontes de informação. O silêncio da UNITA, e a forma atrapalhada e contraditória das declarações de vários dos seus membros neste período, foi politicamente ruinoso. Em parte, foi isto que levou a que os Estados Unidos e a União Europeia tivessem de aceitar os resultados que o MPLA e a CNE estavam a anunciar. Esta deficiência da FPU terá de ser ultrapassada caso queiram efetivamente conseguir uma alternância, criando uma equipa de comunicação que abranja as comunicações de líderes, as redes sociais, a imprensa nacional e internacional, comunicados para organizações governamentais, etc. Um porta-voz devidamente capacitado será fundamental. A UNITA teve a experiência, na década de 1980, da importância do enquadramento político e da propaganda na luta de libertação. Tem de reativar e modernizar as suas estruturas para este fim. A rádio *Despertar* deveria ser usada de forma mais estratégica e ser uma fonte de pensamento crítico, abandonando a prática de abafar as vozes que criticam a UNITA e, ao invés, contra-argumentar e debater. A necessidade de “educar” a sociedade sobre os seus programas, a sua visão para Angola, a solidariedade aos que sofrem injustiças diárias, terá de ser uma prioridade estratégica.

Durante a década de 1980, quando Angola vivia uma guerra de dois Estados – o Estado do partido-único marxista do MPLA e o Estado da guerrilha nas áreas da UNITA – havia projetos políticos que iam além de apenas manter o poder. A UNITA soube desenvolver um aparelho de Estado complexo nas suas áreas libertadas, com sistemas de saúde e educação funcionais. É importantíssimo que a UNITA reative o governo-sombra com portfolios que acompanham de perto o que os ministros e a Presidência estão a fazer. A FPU deveria apresentar uma imagem de competência e organização que crie confiança na população, mas também na classe média, nos investidores estrangeiros e principais parceiros diplomáticos e financeiros. A FPU não poderá ser vista unicamente como uma plataforma que critica, sem propor soluções e políticas alternativas para o desenvolvimento do país. Será fundamental ganhar a confiança dos cidadãos nos seus planos de governação e nas suas capacidades para os implementar. Tem de se criar a imagem de que a FPU estará pronta para governar imediatamente. O anterior presidente Isaiás Samakuva reativou o governo-sombra da UNITA em 2011, com a finalidade de fiscalizar as atividades do executivo. Um tal governo foi na altura liderado por Fernando Heitor e, posteriormente, por Raúl Danda, composto por vários departamentos ministeriais que acompanhavam as atividades do governo e faziam denúncias de má governação. Em princípios de 2023, a UNITA

inaugurou o seu governo-sombra, liderado por Raúl Tati, mas sem o anunciar publicamente. Não se conhecem os ministros com os diferentes pelouros, não se conhecem as políticas alternativas que propõem, não se conhece a visão deste governo paralelo. Isto é uma falha que deve ser corrigida.

O MPLA, a exemplo da ZANU-PF no Zimbabué, tem dependido do voto rural para se manter no poder. Ambos têm sabido promover a organização política nas áreas rurais, algo que a oposição nos dois países devia também aprender a fazer. Para a oposição, existe a necessidade de fazer um trabalho de fundo no planalto central e no resto do país. Não se pode negligenciar o voto rural. Esta necessidade é tão mais premente quanto se sabe da eficácia das práticas clientelares do MPLA no mundo rural. Em 2022, o programa governamental de ajuda financeira Kwenda (crédito) teve um papel instrumental para comprar votos a favor do MPLA. Este tipo de práticas vai continuar a ocorrer e constitui uma fonte de vulnerabilidade política para a FPU, dadas as graves carências socioeconómicas que existem em todo país e sabendo-se dos desvios de capital que o MPLA tem feito para alimentar estas práticas de clientelismo. No processo eleitoral de 2022, o papel de Nelito Ekuikui em Luanda e de Adriano Sipañala em Benguela foram fundamentais na mobilização de jovens, da mesma forma que o papel de Liberty Chiaka o havia sido no Huambo nas eleições de 2012. A FPU necessita de ter mais destes secretários provinciais a fazerem um trabalho de mobilização da base rural. O Huambo e o Bié continuam a votar contra a UNITA na sua maioria e a oposição tem de prestar mais atenção ao mundo rural.

É neste âmbito que também podemos enquadrar a necessidade de ação urgente em situações de crise alimentar no mundo rural, nomeadamente no sul de Angola, onde a fome está a assumir uma dimensão que poderá ter contornos irreversíveis caso não exista uma ação coordenada da ajuda nacional e internacional. Será fundamental a FPU trabalhar com as Igrejas e os sobas para mobilizar ajuda humanitária para as zonas mais afetadas, como os Gambos, seguida de uma intervenção de longo prazo que ajude estas populações a adotarem práticas de sustentabilidade. No sul, existem comunidades cujo sustento é o gado e não a agricultura. A UNITA teve um programa de educação agrícola muito importante durante a guerra, tendo criado cooperativas que treinavam as comunidades camponesas em técnicas novas de agricultura. A UNITA ainda tem vários quadros de engenheiros agrónomos que poderão ajudar nestas tarefas.

Nas eleições de 2027, o MPLA irá invalidar por completo a possibilidade de a oposição fazer uma contagem paralela. Poderá, por exemplo, usar a estratégia de informatizar o processo para que não existam atas eleitorais em papel e, assim, será mais difícil fiscalizar eventuais fraudes informáticas. Tendo em conta que a

FPU aumentou proporcionalmente a sua representação na CNE e no Tribunal Constitucional, deverá aproveitar este aumento de representantes para trabalhar estas duas instituições por dentro e tentar travar ações antidemocráticas. A lei em Angola torna legal ações e práticas que são ilegais e será fundamental contrariar isto, não só a nível do Parlamento, mas também a nível dos órgãos que são mandatados para proteger a integridade do processo eleitoral. Será fundamental a FPU começar já a preparar o seu centro de escrutínio paralelo, para que não se repitam as falhas de 2022. Será fundamental a FPU ajudar a mobilizar os seus militantes para se registarem para votar e tentar eliminar os milhões de eleitores fantasmas do registo eleitoral atual.

Porém, a maior ameaça que a coligação política enfrenta até 2027 é a desunião e as ações concertadas para dividir a oposição. Há um consenso de que coligações de partidos da oposição em África são a força principal para vitórias eleitorais (Cheeseman & Desrosiers, 2022). Em 2002, Daniel Arap Moi do Quênia foi derrotado por uma coligação da oposição; em 2005, na Etiópia, a coligação CUD - *Coalition for Unity and Democracy*, ganhou as eleições, mas o regime de Meles Zenawi implementou uma resposta securitária que não permitiu a derrota do partido no poder. O futuro da oposição em África, em geral, e em Angola, em particular, terá de passar por coligações fortes de representatividade alargada e diversa. O habitual aliciamento financeiro será ainda mais forte e o MPLA terá ainda mais vantagens em conseguir corromper líderes e quadros da FPU. As divisões dentro da própria UNITA têm de ser acauteladas e reconciliadas para que estas não sirvam de porta de entrada para a divisão. A intimidação e a violência continuarão provavelmente a ser instrumentos utilizados pelo MPLA. Proteger a integridade e união da FPU será o trabalho mais importante nos próximos cinco anos.

Conclusões

Antes das eleições, Angola tinha dois caminhos claros possíveis: a reforma ou o aprofundamento do autoritarismo. De um lado, tínhamos um processo de liberalismo e democratização e, do outro, tínhamos a repressão, o autoritarismo e o militarismo.

A opção escolhida depois de agosto 2022 foi de redobrar a securitização. Contudo, ainda num tal contexto de redobrada securitização, a possibilidade de reforma nunca deve ser descartada, em particular porque existem líderes e quadros do Estado e do MPLA que advogam silenciosamente uma transição pós-João Lourenço.

Para transformar o Estado securitizado será necessário fazer uma reforma política e uma democratização efetiva, e não meramente processual. O processo de eleições não faz uma democracia; tem de haver uma imprensa privada forte, uma sociedade civil dinâmica, um sistema judicial independente, e um sentido de dever cívico alargado.

Terá de existir uma mudança na mentalidade dos governantes para se abrirem a soluções de consenso e de interesse nacional através de diálogo político e público. Terá de haver mais transparência na forma de governar, mais *accountability* (responsabilidade) da parte dos governantes, mais abertura para assumirem erros e disposição para corrigi-los. Terá de existir transformação social, justiça económica e crescimento descentralizado. Neste cenário, Angola poderá construir o seu futuro numa estratégia de consenso social, alterando a política económica do país e negociando os termos da reforma. A reforma do sector da defesa é crucial e terá de ser realizada com vista a dar emprego aos quadros desmobilizados e a facilitar uma transição para a vida civil. O sector agrícola continua a ser a opção mais eficaz para agilizar esta transição.

Apesar da sensação de desilusão pós-eleições de 2022, de que tudo se manteve igual, existiram mudanças que podemos considerar sísmicas e que não podemos descurar. Pela primeira vez, reuniu-se uma constelação de resistência contra a hegemonia do MPLA, a nível institucional, político e social.

A nível institucional houve membros da função pública, polícias, delegados da CNE e outros, que defenderam a falta de integridade das eleições. Embora não tenha sido uma postura generalizada, tais posicionamentos são simbólicos e encerram grande potencial de alastramento. Ao nível das elites, houve uma dissidência dentro do MPLA a favor da eleição de ACJ como Presidente de Angola, resultado das clivagens entre as alas Lourenço e Dos Santos. Este nível de dissidência espalhou-se ao sistema de segurança, com os polícias e militares a votarem contra o MPLA, algo que num contexto de regime securitário é muito significativo. A resistência política deveu-se à coligação FPU e à colaboração com ativistas, associações juvenis, e à postura estratégica de abertura ao diálogo e à colaboração da FPU, que afirmou desde o início que estaria preparada para trabalhar com o MPLA, caso vencesse as eleições.

A resistência social veio principalmente da sociedade civil e da imprensa privada, que criaram focos de debate político importantes e lutaram pela integridade do processo eleitoral. O movimento cívico MUDEI criou uma plataforma importante e embora vários dos seus membros estejam profundamente desiludidos com a UNITA, por não ter defendido o voto nas ruas, essa desilusão poderá ser invertida e a sua ação poderá novamente integrar o novo processo de prepara-

ção da alternância política nas eleições em 2027. Para ter sucesso, um processo de preparação dessa alternância deveria/deverá ter começado no dia seguinte às eleições de 2022.

Referências

- Buzan, B., Waeber, O., & de Wilde, J. (1998). *Security: A new framework for analysis*. Lynne Rienner.
- Cheeseman, N., & Desrosiers, M.-E. (2022, 19 de setembro). The rise of the opposition in Africa: Which governments are likely to fall next? *The Africa Report*.
- DW (Deutsche Welle). (2020, 28 de julho). *Clínica dentária milionária é retirada da discussão do orçamento angolano*. www.dw.com/pt-002/cl%C3%ADnica-dent%C3%A1ria-mil%C3%A9n-%C3%A9-retirada-da-discuss%C3%A3o-do-or%C3%A7amento-angolano/a-54343772
- DW (Deutsche Welle). (2022, 21 de julho). *Mortos estão registados para votar em Angola*. www.dw.com/pt-002/mortos-est%C3%A3o-registados-para-votar-em-angola/a-62557801
- Fisher, J., & Anderson, D. M. (2015). Authoritarianism and the securitization of development in Africa. *International Affairs*, 91(1), 131-151. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12190>
- Gaudino, U. (2020, 28 de julho). The ideological securitisation of Covid-19: Perspectives from the Right and the Left. *E-International Relations*. <https://www.e-ir.info/2020/07/28/the-ideological-securitization-of-covid-19-perspectives-from-the-right-and-the-left/>
- Grewal, S. (2021, 22 de novembro). How democracy can win out in Sudan. *Journal of Democracy*. www.journalofdemocracy.org/how-democracy-can-win-out-in-sudan/
- Holbraad, M., & Pedersen, M. A. (2012). Revolutionary securitisation: An anthropological extension of securitisation theory. *International Theory*, 4(2), 165-197. <https://doi.org/10.1017/S1752971912000061>
- IOL. (2012, 13 de julho). *Angola vote body accused of irregularities*. www.iol.co.za/news/africa/angola-vote-body-accused-of-irregularities-1341213
- Jornal de Angola. (2022, 01 de maio). *MPLA defende a realização de eleições pacíficas e ordeiras*. www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/mpla-defende-a-realizacao-de-eleicoes-pacificas-e-ordeiras/
- Lekalake, R. (2017, 20 de fevereiro). Why opposition parties in southern Africa struggle to win power. *The Conversation*. <https://theconversation.com/why-opposition-parties-in-southern-africa-struggle-to-win-power-72889>
- McDonald, M. (2008). Securitisation and the construction of society. *European Journal of International Relations*, 14(4), 563-587.
- RFI (Radio France Internationale). (2022, 24 de setembro). *Marcha da UNITA em Luanda decorreu de forma pacífica*. <https://www.rfi.fr/pt/angola/20220924-marcha-da-unita-em-luanda-decorreu-de-forma-pac%C3%ADfica>
- Roque, P. C. (2021). *Governing in the shadows: Angola's securitised state*. Hurst.
- Sábado. (2022, 22 de novembro). Sangue, suor e lágrimas no funeral de “Nagrelha”, o ‘Estado-maior’ do kuduro angolano. www.sabado.pt/ultima-hora/detalhe/sangue-suor-e-lagrimas-no-funeral-de-nagrelha-o-estado-maior-do-kuduro-angolano
- Schenkkan, N., & Linzer, I. (2021). Rwanda case study. In N. Schenkkan, & I. Linzer, *Out of sight, not out of reach* (pp. 22-26). Freedom House.
- Stepan, A. (1990). On the tasks of democratic opposition. *Journal of Democracy*, 1(2), 41-49.
- Visão. (2022, 9 de setembro). *Angola/Eleições: UNITA denuncia ameaças e apela à intervenção das autoridades*. <https://visao.pt/atualidade/mundo/2022-09-09-angola-eleicoes-unita-denuncia-ameacas-e-apela-a-intervencao-das-autoridades/>

- Vuori, J. (2008). Illocutionary logic and strands of securitisation: Applying the theory of securitisation to the study of non-democratic political orders. *European Journal of International Relations*, 14(1), 65-99.
- Vuori, J. A. (2011). *How to do security with words. A grammar of securitisation in the People's Republic of China*. Annales Universitatis Turkuensis. https://www.utupub.fi/bitstream/handle/10024/170031/vuori2011_electronic_version.pdf?sequence=1
- Waever, O. (1995). Securitisation and desecuritisation. In R. D. Lipschutz (Ed.), *On security* (pp. 46-87). Columbia University Press.
- Williams, M. (2003). Words images, enemies: Securitization and international politics. *International Studies Quarterly*, 47(4), 511-531.
- Wood, E. (2000). *Forging democracy from below: Insurgent transitions in South Africa and El Salvador*. Cambridge University Press.